



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13449 - Minicurso - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

Utilização de Fontes Jurídicas nas Pesquisas em Políticas Educacionais

Salomão Barros Ximenes - UFABC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

UTILIZAÇÃO DE FONTES JURÍDICAS NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Docentes responsáveis: Salomão B. Ximenes; Adriana A. Dragone Silveira

Ementa: Fontes jurídicas: tipos e definições; Repositórios de fontes normativas, regulamentares e jurisprudenciais aplicáveis à pesquisa em políticas educacionais; Elementos da norma jurídica. Tipos normativos - princípios e regras aplicáveis à educação; Hierarquia, vigência, validade e mudança legal – análise formal da norma; Aplicabilidade, eficácia e efetividade – análise material da norma. A função do direito nas políticas educacionais: análise funcional da norma; Juridificação e judicialização da educação: análise sociológica da norma. Proposta de Modelo de Análise para estudos de políticas educacionais em fontes jurídicas.

Objetivos:

Fornecer subsídios para a reflexão sobre as fontes jurídicas, buscando contribuir para a formação do(a) pesquisador(a) quanto ao uso informado de tais fontes e às distintas funções que o direito ocupa nas políticas educacionais, ampliando a compreensão dos conceitos que envolvem as distintas normas jurídicas de educação e os processos de juridificação e judicialização da educação.

Metodologia/Avaliação

O minicurso será conduzido de forma expositiva pelos docentes, buscando a participação dos inscritos com leitura prévia de materiais indicados, bem como na discussão

dos conceitos e atividades práticas a serem realizadas entre os encontros. As/os participantes serão constantemente instigados a fazer aplicações dos conceitos para a análise das políticas educacionais.

As atividades serão desenvolvidas em dois dias, com duração total de quatro horas.

Conteúdos:

1º Encontro

- Uso das fontes jurídicas nas pesquisas em políticas educacionais;
- Tipos e definições das fontes jurídicas: legislação interna e internacional; jurisprudência; doutrina;
- Repositórios de fontes normativas, regulamentares e jurisprudenciais sobre educação: fontes primárias, repositórios
- Análise da norma jurídica: descrição dos elementos da norma;
- Análise formal da norma: notas sobre hierarquia, vigência, validade e mudança legal;
- Análise material da norma: aplicabilidade, eficácia e efetividade
- Estudo de exemplos para aplicação dos conceitos trabalhados;

2º Encontro

- Tipos e funções da norma jurídica na política educacional: modelo de interfaces; modelo de funções do direito nas políticas públicas; modelo de análise para estudos de políticas educacionais em fontes jurídicas
- Princípios e regras: conceitos e interpretações;
- Juridificação democrática vs. Juridificação reacionária;
- Juridificação libertadora vs. Juridificação tecnocrática;
- Judicialização para a promoção de direitos vs. Judicialização autoritárias sobre os processos pedagógicos
- Exemplos de juridificação na educação;

A avaliação será verificada por meio da participação nas discussões e atividades propostas. Ao final, será solicitada os/as participantes uma avaliação do minicurso para aprimoramento do mesmo e sugestão de novas propostas ao GT.

Referências

AUTOR(A)

AUTOR(A)

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. Capítulo 3 – A estrutura das normas de direitos fundamentais.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Um ensaio de sistematização do direito educacional**. Revista de Informação Legislativa nº 131, Brasília: Senado Federal, Separata, jul./set. 1996.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A educação brasileira e o direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997. 349 p.

BUCCI, Maria Paula D. Método e aplicações da abordagem direito e políticas públicas (dpp). Rei - **Revista estudos institucionais**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 791–832, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/430>. Acesso em: 10 abr. 2023.

COUTINHO, Diogo R. (2013). O Direito nas Políticas Públicas. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio (Org.). **Política Pública como Campo Disciplinar**, orgs., Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Unesp, Ed. Fiocruz, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luis Antonio M. A judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIII, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. O direito à educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. **Revista Brasileira de Educação**, (11), 61–74. 1988.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos CEDES**, v. 21, n. Cad. CEDES, 2001 21(55), p. 9–29, nov. 2001.

RIGHT TO EDUCATION. International Instruments. **Right to Education**: Disponível em: https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/RTE_International_Instruments_Right_to_Education_2014.pdf